



REVISTA
ABEMA

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

Nº 2 - Dezembro de 2020

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
AMAZÔNIA NA PERCEPÇÃO DOS ESTADOS DA

AMAZÔNIA LEGAL

Conselho Editorial

Eduardo Taveira
Mauren Lazzaretti
Márcia Telles
Magna Helena
Valdez Venâncio
Wilma Nascimento

Projeto Gráfico e Diagramação

Leandro Paiva

Revisão

Eduardo Taveira
Mauren Lazzaretti
Magna Helena
Wilma Nascimento

Jornalista Responsável

Wilma Nascimento
DRT-BA 2456

Esta é uma revista produzida e elaborada pela Abema.

FOTO DE CAPA

Julie Messias - Sedam/RO

MATÉRIA CAPA

Texto: Israel Milani - AC | Robério Nobre - AP | Eduardo Taveira - AM | Diego Rolim - MA | Mauren Lazzaretti - MT | José Almeida - PA | Marcílio Lopes - RO | Ionilson Souza - RR | Renato Silva - TO
Fotos: Frank Nery Menezes - Secom/RO

ACRE

Texto: Kátiuscia Miranda e Wesley Moraes | Revisão: Onides Bonaccorsi Queiroz | Fotos: Marcos Vicentti, Cleiton Lopes e Bruno Batista

ALAGOAS

Texto: Márcio Chagas e Virna Pereira
Foto: Ascom Semarh

AMAPÁ

Texto: Robério Aleixo Anselmo Nobre - Secretário de Meio Ambiente do Amapá | Foto: Portal Governo do Amapá | Foto Gambarini

AMAZONAS

Texto: Jamile Alves/ Sema | Fotos: Divulgação/Idam, Ricardo Oliveira e Bruno Zanardo

BAHIA

Textos: Samanta Uchôa - Assessora de Comunicação - Sema, Wilma Nascimento - Assessora de Comunicação - Inema e André Reis - Jornalista - Ascom Inema | Fotos: Manu Dias, Alberto Coutinho, Rui Rezende e Ascom Inema

CEARÁ

Texto: Demétrio Andrade e Tarcília Rego
Foto: Diego David

DISTRITO FEDERAL

Texto: Elisa Meirelles com Assessoria de Comunicação da Sema - Ascom | Foto: ASCOM/SEMA

ESPÍRITO SANTO

Texto: Karolina Gazoni/ Assessoria de Comunicação do Iema | Foto: Karolina Gazoni/Iemae Paulo Sena/ Seama

GOIÁS

Texto: Comunicação Setorial da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás
Fotos: Agnaldo Félix

MARANHÃO

Texto: Carolina Prazeres | Revisão: Adriana Moraes | Fotos: Gustavo Menezes/Marcos Caldas

MATO GROSSO

Texto: Juliana Carvalho | Fotos: Tchêlo Figueiredo e Fotos: Mayke Toscano

MATO GROSSO DO SUL

Texto: Ascom Semagro | Fotos: Ascom Semagro e Prefeitura de Bonito

MINAS GERAIS

Texto: Guilherme Paranaíba - Ascom/Sisema
Fotos: Divulgação/Sisema

PARÁ

Texto: Anna Paula Mello/Assessora de comunicação SemasPará | Fotos: Assessoria STF e Ascom/ SemasPará

PARAÍBA

Texto: Hallita Avelar
Fotos: Acervo Sudema

PARANÁ

Texto: Daniel Abreu - Jornalista Sedest-PR
Colaboração: Priscila Paganotto - Jornalista Sedest-PR | Fotos: Denis Ferreira Netto

PERNAMBUCO

Texto: Josie Marja e Franci Palhano | Fotos: Divulgação CPRH | Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente/CPRH

PIAUI

Texto: Maria Carvalho Costa
Fotos: Maura Alves e Joaquim Neto

RIO DE JANEIRO

Texto: Aline Lopes e Filipe Augusto de Almeida | Fotos: Rafael Oliveira e Reprodução web

RIO GRANDE DO NORTE

Texto: Danyelle Nunes (Assessora de Comunicação/IDEMA) e Iwaska Isadora (Jornalista/IDEMA) | Fotos: Eduardo Maia e Carol Macedo

RIO GRANDE DO SUL

Texto: Bárbara Corrêa | Edição: Vanessa Trindade | Fotos: Luiza Churmeriko, Bárbara Corrêa, Vanessa Trindade e ABEEólica

RONDÔNIA

Texto: Cintia Schulze
Fotos: Ederson Brito

RORAIMA

Texto: Julie Messias e Montezuma Cruz
Fotos: Frank Nery/Secom - Governo de Rondônia

SANTA CATARINA

Texto: Mônica Foltran - Jornalista responsável - ASCOM SDE | Claudia Xavier - Assessora de Comunicação IMA, Leonardo Porto Ferreira, Vinicius Constante, Felipe Maia, Gerly M. Sánchez | Fotos: Arquivo Aresc/SDE, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) / Divulgação, Peterson Paul / SECOM. Divulgação IMA-SC

SÃO PAULO

Texto: Ulisses Oliveira
Fotos: Instituto Florestal/SIMA

SERGIPE

Texto: Amanda Melo
Fotos: Marcos Rodrigues

TOCANTINS

Texto: Wanja Nóbrega
Fotos: Naturatins/Divulgação

CT CLIMA

Texto: Samanta Della Bella - Semas/PE

GT GERCO

Ana Maria Teixeira Marcelino/Idema-RN | Gil Scatena/Sima-SP | Fotos: Rosalvo O. Jr. - Sema/BA | Grupo de Integração dos Estados Costeiros - G17 - Gestão Costeira Nacional

GT FAUNA

Márcia Gomes da Silva de Oliveira/ Membro do GT Fauna - Rondônia | Karolina Gazoni/ Assessoria de Comunicação do Iema - Espírito Santo Tainan Bezerra Oliveira/ Coordenadora do GT Fauna - Espírito Santo | FOTOS: Araras: Ana Paula Felício/Imasul-MG | Tucano: Brunno Alves de Oliveira Brito/Semad-GO

Os órgãos estaduais de Meio Ambiente e o enfrentamento ao COVID19 para conservação dos recursos naturais

Caro Leitor,

No ano em que a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema celebrou seu 35º Aniversário, a comemoração pela história dessa instituição que representa os órgãos estaduais de meio ambiente de todo país, fica marcada pela necessidade de reinvenção em razão da pandemia do COVID19.

A Abema foi criada em 1985, e desde então atuou no fortalecimento das políticas públicas ambientais, denotando a união dos OEMAs - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente na trajetória brasileira para conservação dos recursos naturais.

Em um ano histórico, publicamos a segunda edição da revista ABEMA, registrando a superação dos OEMAs em face ao COVID19, que assolou o Brasil e o Mundo. Nesse momento tão particular, a publicação dessa edição somente se mostrou possível pela contínua parceria de todos os associados, que compreendem a relevância de transmitir à sociedade o trabalho desenvolvido nos Estados. Agradecimento especial ao Estado da Bahia (SEMA e INEMA), que mais uma vez consolidaram o conteúdo da revista.

Nessa 2ª edição da REVISTA ABEMA você vai conferir como as 26 secretarias de estado e as 22 autarquias e fundações, sem qualquer exceção, readaptaram seu funcionamento e mantiveram suas atividades, inclusive melhorando suas performances de eficiência, numa demonstração inequívoca da sua importância para a conservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, com responsabilidade social. Destaque ainda para o programa 'Amazonas Mais Verde': novos sistema de licenciamento ambiental como estratégia para eficiência e agilidade na

análise dos processos; ações envolvendo estratégias que combinam, tecnologia, inteligências humana e artificial no combate aos crimes ambientais; projetos de recuperação de nascentes; projetos de sustentabilidade com participação popular; estruturação das Unidades de Conservação e programa de integração turística e ambiental; programa de reflorestamento "Florestas do Amanhã"; mudanças climáticas; mercado voluntário de carbono em Unidade de Conservação; gestão dos Recursos Hídricos e planejamento ao enfrentamento da escassez hídrica; implantação de estruturas de suporte a fauna silvestre; preservação e presença humana em unidades de conservação.

Na reportagem de capa, os Estados que compõem a Amazônia Legal Brasileira falam do desmatamento ilegal, incêndios florestais e desenvolvimento sustentável na percepção daqueles que vivem e conhecem a Amazônia. A discussão acerca do tema, em nível mundial, está carregada de desinformação, levando a população a formar posição sem a adequada compreensão da dinâmica desse patrimônio brasileiro. Por isso, nessa revista, os OEMAs falam sobre como podemos contribuir, de fato, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com justiça social.

Convidamos você para conhecer o trabalho dos estados em prol da conservação dos recursos naturais no Brasil, em época de pandemia, por meio da leitura da 2ª edição da REVISTA ABEMA! Boa leitura!

Mauren Lazzaretti
Presidente da Abema



A ABEMA

A Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema, fundada em 1985, é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos. Legítima representante dos órgãos estaduais de meio ambiente, presente nos 26 Estados e no Distrito Federal, reúne 26 secretarias de estado e 22 autarquias e fundações, responsáveis pela implementação da política ambiental, pela esmagadora maioria dos atos administrativos (licenças e autorizações), além de tantos outros instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente como zoneamento, avaliação de impacto ambiental, infrações administrativas, gestão florestal, biodiversidade, recursos hídricos e mudanças climáticas, concentrando boa parte das responsabilidades pelas políticas públicas de meio ambiente do Brasil.

Sua missão inicial foi fortalecer as posições dos estados no debate nacional, então de orientação progressista em relação ao governo federal. No momento atual, promove a incorporação da variável ambiental nas estratégias de crescimento do país e no conjunto das políticas setoriais, buscando sempre um modelo de desenvolvimento equitativo e equilibrado.

Marcada pela pluralidade política, a Associação sempre buscou a unidade e consenso em suas posições, contribuindo decisivamente para os avanços conquistados pelo setor nos últimos 35 anos, participando do fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH). Além disso, impulsiona a participação da sociedade nos mecanismos de Gestão Ambiental e na articulação com os demais setores para viabilizar programas e projetos que contemplem o desenvolvimento sustentável.

Três décadas e meia após sua fundação, a Abema continua comprometida com as pautas ambientais mais relevantes do país. No exercício do seu mister é apolítica, sendo reconhecida por instituições nacionais e internacionais de diversos segmentos que a procuram como parceira por ser a entidade representativa dos órgãos estaduais de meio ambiente. Para atingir patamares nunca alcançados, a Abema e os Estados associados, vêm se pautando na modernidade de seus processos e ferramentas, no dinamismo de seus gestores e na agilidade de suas análises e decisões, pilares indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



SUMÁRIO

6

CAPA

44

MARANHÃO

68

RIO GRANDE DO NORTE

14

ACRE

46

MATO GROSSO

71

RIO GRANDE DO SUL

17

ALAGOAS

50

MATO GROSSO DO SUL

75

RONDÔNIA

20

AMAPÁ

51

MINAS GERAIS

78

RORAIMA

23

AMAZONAS

54

PARÁ

81

SANTA CATARINA

26

BAHIA

57

PARAÍBA

85

SÃO PAULO

31

CEARÁ

59

PARANÁ

88

SERGIPE

34

DISTRITO FEDERAL

60

PERNAMBUCO

90

TOCANTINS

38

ESPÍRITO SANTO

62

PIAUÍ

95

CT DO CLIMA

41

GOIÁS

65

RIO DE JANEIRO

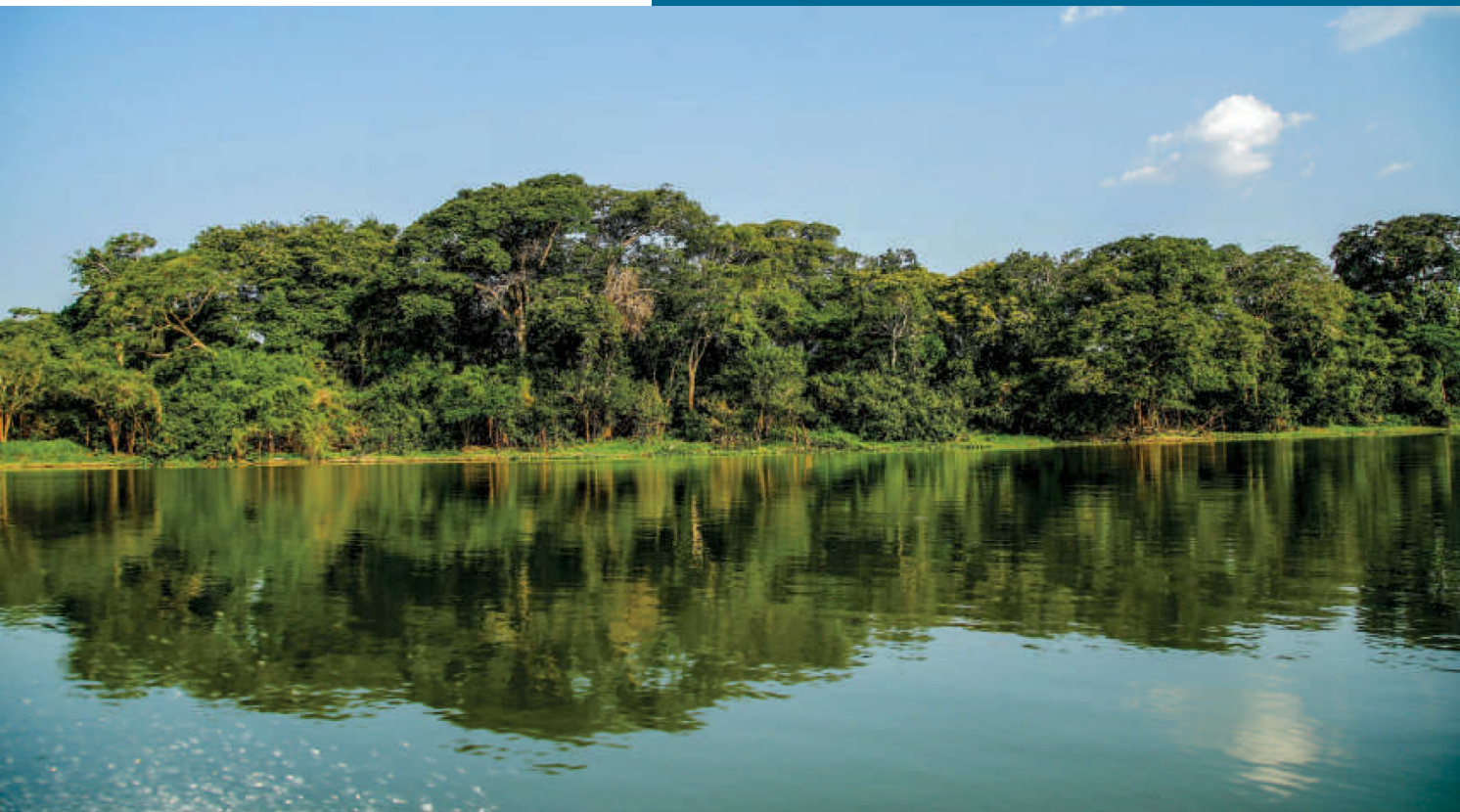
98

GT GERCO

102

GT FAUNA

O Desenvolvimento Sustentável da Amazônia na percepção dos Estados da Amazônia Legal



Operação Hiléia - Rio Guaporé

A Amazônia brasileira está distribuída em 9 (nove) Estados, pertencentes à bacia Amazônica, compondo a chamada “Amazônia Legal”, que abrange a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano a 44° de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 quilômetros quadrados, correspondente à 61% do território brasileiro.

Organizada politicamente em 775 municípios, a Amazônia representa mais de 60% das florestas tropicais do mundo e, se fosse um país, seria o 6° maior do mundo em extensão territorial. Trata-se de uma região ocupada por mais de 27

milhões de habitantes, apresentando Índice de Desenvolvimento Humano - IDH muito abaixo da média nacional. Sua extensão continental se caracteriza, não somente por especificidades e ampla diversidade biológica, mas também por uma vasta diversidade cultural e social, econômica e de condições de infraestrutura de logística e serviços.

A Amazônia está em voga, e sua exploração tem ocupado as capas dos principais jornais do mundo, motivando pronunciamentos dos mais diversos atores públicos e políticos. Inegável que a conservação dessa região desperta não somente o interesse da mídia nacional e internacional, mas principalmente, da sua população local. Mesmo com tanta

atenção, a sociedade tem pouco conhecimento da realidade amazônica.

A compreensão do momento que vivemos impõe reconhecer que existem desafios importantes a serem superados para o combate ao desmatamento ilegal, queimadas ilegais, incêndios florestais e outras explorações ilícitas na Amazônia. Os Estados reconhecem e enfrentam essa realidade com perseverança, na busca pela eliminação do ilícito e legalização das atividades que são desenvolvidas em seus territórios.

O **Acre** está entre os estados da Amazônia Legal que possui o maior percentual de cobertura florestal, e tem sido pioneiro no Brasil e no mundo no

tocante ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à conservação e uso sustentável de seus recursos naturais. Nesse contexto o maior desafio tem sido aliar a preservação e conservação ao desenvolvimento econômico e social.

A partir das experiências obtidas, observa-se que há urgente necessidade de se consolidar ações com foco na melhoria de vida do amazônida, o que ainda passa pelo acesso aos insumos básicos à sua sobrevivência, tais como alimentação, saúde, educação, melhoria de renda, o que impactará positivamente no uso racional dos recursos naturais.

Com foco neste entendimento é que o governo do Acre tem fomentado a geração de emprego e renda e o desenvolvimento de cadeias de valor de produtos florestais madeireiros, a exemplo da concessão florestal de florestas públicas, dos planos de manejos florestais comunitários, e de produtos florestais não madeireiros como o cocão, o buriti e o murmurú, por meio do fortalecimento de associações locais.

O governador Gladson Cameli acredita no potencial das cooperativas. “Estamos divulgando as ações das cooperativas aqui no Estado e também fora. Empresários demonstram total interesse nos produtos, que além de desenvolver as cadeias de valor de produtos florestais, levam a marca autêntica do Acre”, argumentou.

Para o secretário de Estado de Meio Ambiente, Israel Milani, aliado ao fortalecimento das comunidades, o investimento na regularização ambiental das milhares de propriedades rurais com o incremento de alternativa de geração de renda tem sido um modelo a ser seguido, como no caso do Programa de Regularização Ambiental (PRA). “O Acre ocupa lugar de destaque no cenário nacional com as ações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o pioneirismo do estado continua na implementação do PRA”.

Importante passo dado rumo a consolidação de um desenvolvimento sustentável do estado é a visão de que meio ambiente é transversal a todas as



Resex Rio Cautário

pastas, de modo que existe uma articulação institucional consolidada na gestão do governador Gladson Cameli. Exemplo disso são as missões integradas para combater crimes ambientais.

Somente neste ano de 2020 mais de 30 missões foram realizadas com a participação de instituições federais, estaduais e municipais. A presença do Estado nas Unidades de Conservação foi fundamental para conter o avanço do desmatamento e queimadas ilegais, motivado principalmente pelas invasões de terras públicas. O sucesso das missões é fruto da criação do Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente e do monitoramento realizado no Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma), coordenados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

O governador Gladson Cameli tem reforçado a importância da conservação ambiental em seus discursos e deixa claro que quem estiver trabalhando dentro da legalidade terá total apoio do governo, cumprindo o compromisso com o agronegócio de baixas emissões. Mas ele também determinou que o que for ilícito deve ser combatido.

Desta forma, o Acre segue cumprindo os compromissos com os investidores internacionais, buscando sempre unificar as ações de Meio Ambiente e

trabalhar pelo desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

No **Amapá**, a partir de 2019, numa revisão das metas de governo, foi estabelecido como prioridade o fortalecimento da gestão ambiental, tendo como foco principal a reorganização do sistema estadual de meio ambiente, o que foi considerado em uma nova configuração deste sistema dada pela Lei nº 2.426, de 15 de julho de 2019, que unificou a estrutura de gestão ambiental, alterando o pensamento que existia no fim da primeira década do milênio, onde o governo central e a maioria dos estados, incluindo o Amapá, passaram a compartilhar das execução da política ambiental. Neste novo cenário de unificação de estrutura, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP) incorporou em suas competências, a gestão do comando e controle ambiental, antes exercido pelo Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (IMAP), e também, a gestão das florestas públicas, destinadas e não destinadas, executada antes pelo Instituto de Floresta do Amapá (IEF).

Com a implementação desta nova visão de gestão, se resgatou a participação mais efetiva da sociedade, tanto nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e no de Recursos Hídricos, assim como

nos Fóruns, com objetivo de assegurar a legitimidade na tomada de decisões e credibilidade para o seu cumprimento pela instituição.

Outro aspecto, foi a busca de ferramentas gerenciais que pudessem auxiliar no cumprimento dos pilares da governança corporativa e sustentar um modelo de governança ambiental para o sistema de meio ambiente do Estado do Amapá. A SEMA estabeleceu parceria técnica com o Governo do Amazonas, por meio do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, o IPAMM, assegurando o compartilhamento de infraestrutura tecnológica, códigos-fontes e documentação. Possibilitando a implementação de um Sistema de Licenciamento Ambiental Digital, que além dos procedimentos do licenciamento em si, permitirá o acompanhamento dos empreendimentos licenciados no estado e o controle da execução previstas nas licenças emitidas. Este sistema dará ao solicitante a oportunidade de realizar o processo de licença ambiental de maneira 100% eletrônica e auto declaratória, além do acompanhamento de todo o processo de forma remota.

Entre os avanços, está a implantação de sistemas de acompanhamentos de processos com o modelo de gestão de demandas, vinculado ao Sistema de Protocolo do Estado, em que é possível o cumprimento de prazos, assegurando ao empreendedor e usuários da SEMA a entrega dos serviços ofertados pela instituição. Entre isso, está também o Sistema de Protocolo do Estado, o sistema da SEMA e, ainda, a integração à Rede SIM, operada, no estado, pela Junta Comercial do estado do Amapá (JUCAP), que garante a fidelidade das informações e a agilidade na tramitação inicial de processos. A integração com outros sistemas de gestão no Estado é um passo importante para ampliar o acompanhamento de processos e garantir legitimidade na atuação da secretaria.

A reorientação do trabalho da fiscalização, atuando em parceria com órgãos de controle, tanto estadual, como o Batalhão Ambiental e a Delegacia

do Meio Ambiente, como Federal, com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e o Exército Brasileiro, permitirão ao estado do Amapá, ter a garantia do controle do estado no que diz respeito aos ilícitos ambientais, principalmente, o combate ao desmatamento ilegal.

A eficiência em gestão ambiental é uma prioridade para a **Amazonas** - e o Estado tem pressa. Gerir a maior floresta tropical do mundo requer integração de ações políticas e aprimoramento técnico, seja em fiscalização ou no incentivo ao uso dos recursos naturais de forma menos predatória, com respeito às heranças sociobioculturais da região. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) tem realizado o monitoramento diário de focos de calor e compartilha informações georreferenciadas para guiar as ações de fiscalização, lideradas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), por meio da Operação Curuquetê 2. Esta, por sua vez, integrou de forma inédita o Sistema Estadual de Meio Ambiente e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), para reforçar o serviço de Inteligência das missões.

A integração também acontece nas políticas públicas. Após cinco anos, o Estado lançou uma política única para integrar as instituições de Governo e ordenar a gestão ambiental do Amazonas até 2022. É o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas (PPCDQ-AM), que coordenada a implementação do Programa Amazonas Mais Verde. Por meio dele, o Amazonas integra suas principais políticas de desenvolvimento econômico sustentável, regularização fundiária, monitoramento, comando e controle ambiental. Todo o trabalho envolve a Sema, outras três secretarias estaduais e dois órgãos de administração indireta. Estão previstas melhorias no sistema de monitoramento da cobertura vegetal do Amazonas: estruturação das forças de fiscalização e segurança contra os crimes ambientais; regularização de 16 mil lotes de terra; fomento a piscicultura e a pesca manejada do pirarucu; implantação de mais de 200 hectares de Sistemas Agroflorestais, entre outras ações para conter efetivamente o avanço do

desmatamento e das queimadas em áreas de intensa pressão. Além disso, O Amazonas avançou na política que viabiliza o manejo sustentável por meio de concessões florestais em Unidades de Conservação (UC). A iniciativa representa uma alternativa econômica sustentável para o estado, na medida em que conserva as florestas e promove geração de renda. A estimativa é que, ao longo de 40 anos, as receitas do Estado tenham um aditivo de R\$ 1,3 bilhão com as concessões de oito florestas públicas no Estado. É esperada ainda a geração de mais de 29 mil empregos diretos e indiretos.

O Governo do **Maranhão** vem atuando, vigorosamente, nos projetos de conservação e recuperação ambiental por todo o estado. Um dos meios utilizados, por exemplo, é o Programa Maranhão Verde, no qual oferece capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional aos participantes.

O Programa Maranhão Verde, implementado desde maio de 2017, beneficiou diretamente, mais de 450 famílias e com previsão de ampliar para mais 400. O trabalho resultou no plantio de mais de 60 mil mudas e com estimativa de serem plantadas mais 60 mil. Além disso, o Programa incentiva a defesa do meio ambiente e a valorização da cidadania e melhoria da qualidade de vida e renda dos participantes, comunidades envolvidas e, conseqüentemente, de todo população maranhense.

No que tange a educação ambiental no Maranhão, o trabalho não para. Mesmo durante a pandemia do novo Coronavírus, o Estado desenvolveu o curso online sobre Construção de Instrumentos de Gestão de Educação Ambiental com o objetivo de alcançar maior número de municípios e de pessoas capacitadas a dedicar-se pela natureza. Com esse intuito, o Poder Público Estadual está atuando na criação e organização da Escola Ambiental do Maranhão, que irá proporcionar a execução da Política Estadual de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de

educação formal e não formal. Com qualificação técnica, apoio técnico-científico e estímulo às atividades de pesquisa e extensão, a Escola pretende gerar trabalho e renda por meio de atividades de manejo sustentável dos recursos naturais e promover a educação ambiental e o crescimento social em diversas vertentes.

Outro ponto crucial para o desenvolvimento da política ambiental do Maranhão foi a implementação, em 2012, da Sala de Situação que, dentre suas atividades, destacam-se o acompanhamento preventivo de enchentes e secas, além do monitoramento das queimadas e focos de calor no Estado.

Por fim, destaca-se o empenho do Governo do Maranhão em desenvolver a gestão da política ambiental e dos recursos hídricos em prol da conservação do meio ambiente do Estado, priorizando a educação ambiental como pilar de conscientização da população maranhense.

O **Mato Grosso** tem promovido ações austeras contra a ilicitude que permitiram o controle do avanço do desmatamento ilegal mesmo com a pandemia da COVID-19. O Governador Mauro Mendes estabeleceu tolerância zero contra o desmatamento ilegal e preside o CEDIF - Comitê Estratégico de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais ilegais, do qual fazem parte todas as instituições que atuam com o mesmo objetivo. A cooperação entre as instituições de fiscalização (SEMA, Batalhão Ambiental, Corpo de Bombeiros, IBAMA, Exército, Polícia Militar e ICMBio) e o uso da tecnologia para orientar as ações de fiscalização, com identificação por imagem de alta resolução, a cada 24 horas, dos desmates, explorações florestais e queimadas ilegais permitiram atuação precisa nos locais das infrações, o que resultou na aplicação de mais de 1 bilhão em multas por infração, ocorridas no ano de 2020, além da apreensão de mais de 600 equipamentos utilizados na prática das infrações e condução de mais de 30 pessoas à delegacia. Essa atuação diferenciada que se iniciou no segundo semestre de 2019, permitiu que no ano de

2020 Mato Grosso tenha controlado o avanço do desmatamento no bioma Amazônico, obtendo redução média de 25% nos meses de junho a outubro, comparados com o mesmo período de 2019.

Não apenas o combate aos ilícitos ambientais, mas também a eficiência administrativa para regularização ambiental dos empreendimentos do Estado são prioridade. A SEMA/MT trabalha em regime de força tarefa para regularização de imóveis rurais pelo Cadastro Ambiental Rural - CAR e já analisou mais de 40% dos CAR's contidos no SIMCAR, com objetivos de lançar ainda no próximo ano módulos de análise automática de assentamentos rurais. O Licenciamento Ambiental mais eficiente e moderno também é foco do Estado para garantir a legalidade dos empreendimentos e respeito às normas ambientais. Em 2020 Mato Grosso garantiu o aumento da produtividade em 25% e redução do tempo médio para emissão das licenças ambientais em 50% comparados ao início da gestão em 2019. Além disso, a SEMA investe na modernização da legislação e no processo digital de licenciamento ambiental, lançando em 23/11/2020 os módulos de licenças simplificadas, compatibilizando o procedimento à complexidade e risco das atividades.

Como estratégia do Estado para promover a integração de todas essas políticas, o Instituto PCI - Produzir, Conservar e Incluir

promove o fortalecimento de projetos que congregam não apenas os objetivos, mas também os atores envolvidos. Poder público, setor privado e sociedade civil trabalham juntos para alcançar os resultados para Mato Grosso. Esse esforço, concentrado para garantir a legalidade e combater o ilícito, é essencial para manter Mato Grosso como Estado que produz e conserva, conforme explica a Secretária de Estado Mauren Lazzaretti.

Por sua vez, o Estado do **Pará**, em 2020, inaugurou, enquanto grande plano de ação para manutenção do meio ambiente equilibrado, o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído pelo Decreto Estadual n.º 941, de 03 de agosto de 2020. O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Mauro O' de Almeida, menciona alguns dos objetivos do PEAA, quais sejam: o estímulo a geração de trabalho e renda por meio da valorização dos produtos e subprodutos da biodiversidade amazônica; o incentivo ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); a adoção de medidas contínuas e consistentes para redução do desmatamento ilegal; e a rastreabilidade e certificação da produção agropecuária e da biodiversidade. Além disso, é importante ressaltar que uma das finalidades do PEAA é o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU em escala estadual, para isso, sua atuação guarda correlação com esses Objetivos.



Resex Rio Cautário

Os instrumentos de execução do PEAA estão se desenvolvendo em quatro eixos estratégicos, são eles: 1) A Força Estadual de Combate ao Desmatamento: tem como foco o enfrentamento de ilícitos ambientais por meio do planejamento e monitoramento das ações governamentais emergenciais desenvolvidas por iniciativas de 06 órgãos do poder público estadual; 2) O Fundo da Amazônia Oriental: estratégia de financiamento que visa a colaboração com o setor privado para o desenvolvimento de políticas públicas de meio ambiente, especialmente a aplicação de recursos em investimentos de baixo carbono; 3) O Programa Territórios Sustentáveis: tem por finalidade a promoção da produção em bases sustentáveis, por meio de ações que contribuam para o aumento da restauração produtiva a partir do uso eficiente da terra e de incentivos aos atores locais à regularização nas dimensões ambiental e fundiária; e 4) O Regulariza Pará: ainda está em fase de regulamentação, mas, na prática, tem atuado junto ao Programa Territórios Sustentáveis, pois ambos visam a implementação de um sistema de regularização ambiental e fundiária efetivo, que contemple dos pequenos aos grandes imóveis rurais, estando entre os seus objetivos a ampliação da análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adequação dos imóveis rurais com passivos ambientais.

É imprescindível, ainda, apontar a atuação da Força Estadual de Combate ao Desmatamento, a qual teve início em junho do corrente ano, com a Operação Amazônia Viva. A Operação vem sendo realizada por meio de fases divididas

mensalmente; já foram executadas 5 fases de junho a outubro de 2020, com proeminentes resultados: embargaram-se 126.061,47 ha devido ao desmatamento ilegal, foram apreendidos 5.199,76 m³ de madeira ilegalmente extraída, retiraram-se das florestas 149 motosserras e apreenderam-se 48 veículos usados para o desmatamento ilegal, 40 pessoas foram presas, 41 acampamentos destruídos, 35 garimpos ilegais interditados e foram realizados 11 combates a queimadas/incêndios. Assim, o Pará, segundo dados coletados pelo Centro Integrado de Monitoramento Ambiental da SEMAS, conseguiu, por meio das operações Amazônia Viva, reduzir o desmatamento em 2020, nos meses mais críticos, como julho e agosto, e tem mantido o índice de desmatamento no segundo semestre de 2020 inferior a 2019.

O Governo de **Rondônia**, por meio da SEDAM, realiza trabalhos ostensivos no combate a ilícitos ambientais no Estado, por meio das operações: Hiléia - voltada ao combate do desmatamento e prevenção às queimadas ilegais; Operação Draga - voltada a extração irregular de minérios no rio Madeira e Operação Iara - que foca a pesca predatória em todas as bacias hidrográficas do Estado.

A Sedam conta com equipe de técnicos ambientais que agem de forma preventiva por meio da Coordenadoria de Educação Ambiental e Coordenadoria de Geociência, responsável pela coleta de informações via satélite que, a posteriori, são repassadas às equipes de campo. As operações são coordenadas com integração entre o

Batalhão da Polícia Ambiental (BPA), as Delegacias Especializada em Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente (Derccma), o Corpo de Bombeiros Militar (CBM), os Escritórios Regional de Gestão Ambiental (ERGAS); o Núcleo de Operações Aéreas (NOA), o Grupamento de Operações Aéreas (GOA) e órgãos de inteligência.

Por meio do Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado (PDSEAI) e Fundo Amazônia, financiou o Laboratório de Geociências (LabGEO) e equipou com equipamentos e estrutura de primeira linha as áreas de tecnologia da Coordenadoria de Geociências. Pelo mesmo projeto foram adquiridos computadores de alta performance (Workstation) e nove monitores (videowall) para o monitoramento ambiental e fortalecimento do banco de dados geográfico do Estado de Rondônia.

Na regularização ambiental de imóveis rurais, a Sedam vem buscando aplicação de recursos para melhoria e desenvolvimento do SICAR-RO, bem como implementação do Módulo Dinamizado da Análise do CAR. Paralelamente tem aplicados esforços para o aumento do corpo efetivo destinado à análise dos cadastros e dos processos de regularização ambiental. Outra ação importante é a destinação de recursos através de projetos parceiros para aquisição de imagens de alta resolução e demais insumos para melhoria quantitativa e qualitativa das análises, bem como, monitoramento das áreas em recuperação. Hoje já são mais de 20 mil cadastros que passaram por procedimento de análise.



Resex Rio Cautário



Resex Rio Cautário

Tem promovido a descentralização ambiental que tem o objetivo de dar autonomia ao município, celeridade das ações e obtenção das licenças ambientais, aproximação com empreendedor, eficiência na comunicação, redução de tempo e custos financeiros para o empreendedor/empresário/produtor, controle das atividades que estão sendo implantadas e desenvolvidas no município, por meio de uma gestão ambiental sustentável. Hoje já são 20 municípios descentralizados e 02 em fase de adequação.

É o primeiro Estado a implementar um Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais fomentado pelo Projeto-Piloto Floresta+ Amazônia, em uma Unidade de Conservação, a Resex Rio Cautário. O Projeto visa remunerar os comunitários pelas suas ações de proteção e conservação da floresta, bem como executar ações que visem melhorar as suas práticas do extrativismo, educação ambiental e outros. A Sedam vem trabalhando para ampliar para mais Reservas de uso sustentável projetos como esses.

O Estado de **Roraima** tem investido na estruturação física e tecnológica. A

modernização e implementação de uma base georreferenciada das atividades licenciadas tem sido construída com a finalidade de refinar as atividades de fiscalização e monitoramento. O Estado possui acordo de cooperação técnica, o Centro Gestor Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, com a finalidade de promover capacitações para todos os técnicos da Fundação e demais instituições parceiras, além do compartilhamento de informações.

O Estado promoveu o cadastro ambiental rural com previsão de atendimento de 14 mil propriedades, sendo a atividade inicial para diagnóstico e regularização de pequenas propriedades rurais.

O monitoramento ambiental do estado está em fase de modernização com a utilização de múltiplas bases de dados (INPE, MapBiomás, SAD), para ampliar o alcance das ações de combate a ilícitos ambientais e monitoramento de atividades licenciadas.

A aquisição de equipamentos para atividades de laboratório e campo, aquisição de sistemas de licenciamento e monitoramento podem ser listadas como ações em execução para coibir ilícitos ambientais e dar celeridade à regularização

de atividades no Estado de Roraima.

De acordo com dados do DETER, o estado de Roraima teve redução de aproximadamente 65% nas taxas de desmatamento entre setembro e novembro de 2020. Para fins comparativos, entre os meses de janeiro e julho de 2020 a redução de desmatamentos foi de aproximadamente 50% em relação a 2019.

Com o objetivo de reduzir os impactos ambientais no estado do **Tocantins**, o Governo do Estado, através do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), não têm medido esforços para reduzir os desmatamentos ilegais e os incêndios florestais nas Unidades de Conservação de responsabilidade do órgão ambiental. Em relação às queimadas, os brigadistas contratados pelo Estado, em 2019, continuaram as ações de monitoramento, controle e combate aos focos de calor desde o início desse ano. O empenho e zelo com a rica biodiversidade formada por cerca de 80% do bioma Cerrado trouxe resultados bastante animadores.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no ano passado o Tocantins ficou na 2ª colocação no ranking nacional das queimadas. Já em 2020, o Estado ficou

em 6º lugar. Alcançar essa posição decorreu do planejamento dos gestores na conservação da flora e fauna do território tocantinense. Uma das ações dessa redução das queimadas refere-se também a inauguração no último dia 5 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente, das atividades do Centro Integrado de Inteligência e Monitoramento de Dados Espaciais Ambientais [Cimdea].

“Com o Cimdea, o Tocantins passa a ocupar o patamar de excelência técnica em geoprocessamento, análises espaciais ambientais, modelagem de cenários, envolvendo queimadas ilegais, desmatamento, setor agrícola, agropecuário, infraestrutura e os principais empreendimentos potencialmente poluidores”, esclarece Sebastião Albuquerque, presidente do Naturatins. O Centro de Inteligência irá possibilitar o compartilhamento de dados com outros órgãos e os crimes ambientais terão uma fiscalização mais ampliada. O Cimdea irá proporcionar inúmeros benefícios ao meio ambiente, cuja preservação é a missão do Naturatins.

A implantação da Cota Zero para o transporte de pescado até 2022, foi outra medida do Governo do Tocantins para repovoar os recursos hídricos e evitar que espécies da ictiofauna façam parte da lista de ameaçadas de extinção. O Licenciamento Ambiental teve os

prazos reduzidos para as solicitações de licenças em razão da descentralização das análises de processos, com a criação de dois polos de atendimento nos municípios de Araguaína e Gurupi, que realizam atendimentos das agendas Verde (florestas) e Marrom (empreendimentos e atividades).

Como parte dos avanços para a modernização, a partir de dezembro, o Naturatins terá um novo Sistema Eletrônico Integrado de Gerenciamento Ambiental (Sigam). Com a nova ferramenta o órgão passará a operar em ambiente 100% digital, eliminando totalmente a existência de processos impressos, isto é, de papel. Com a implantação do Sigam, o Governo do Estado contará com uma ferramenta ágil e completa para a prestação dos seus serviços à população.

Por fim, nota-se na mídia um movimento discreto, mas constante, de “demonização” da exploração da Amazônia como estratégia para obstar o desenvolvimento da região, como se tal ação fizesse cessar o desmatamento e queimadas ilegais. Na visão dos Estados que compõem a Amazônia esse é um dos mitos que precisa ser desfeito para que a sociedade tenha a real noção de como ajudar a preservar a Amazônia.

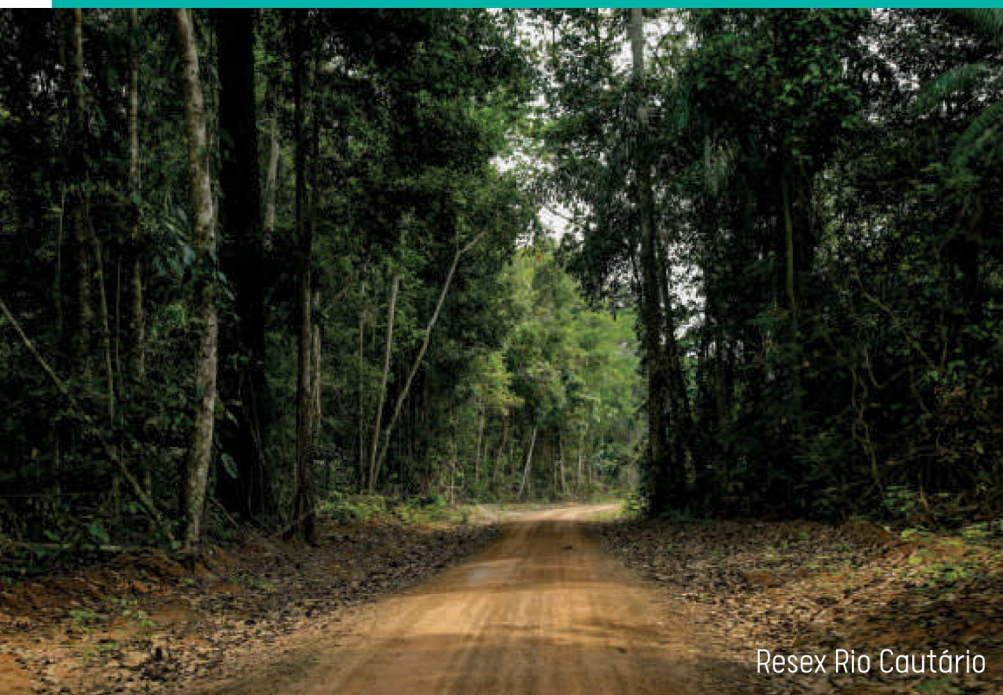
Após quatrocentos anos de ocupação, a

Amazônia tem sido, principalmente fonte de matéria prima, e as suas cidades centros de passagem e distribuição de insumos primários. Em todo este período, não foi capaz de construir e consolidar um modelo de desenvolvimento econômico que, fazendo uso dos seus recursos naturais, valorizasse a floresta em pé e gerasse condições dignas de subsistência para a sua população. Esta população questiona, frequentemente, quem se beneficia diretamente com a riqueza da região e onde ela está localizada, porque para eles há um longo e doloroso caminho a trilhar.

Na Amazônia, o pilar da conservação ambiental não sustenta por si só os pilares do desenvolvimento social e econômico. Se o pilar econômico estivesse suficientemente desenvolvido sobre a base da sua vocação agroflorestal, o próprio comportamento dos agentes econômicos estaria comprometido com os esforços de redução do desmatamento. O pilar social seria abordado mediante a ação pública com os instrumentos que permitam reduzir as desigualdades e a valorização da riqueza cultural, que no caso da Amazônia mantém uma relação estreita de identidade com a floresta.

Muito se fala sobre o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004, em um momento de pico histórico nas taxas de desmatamento, e que colheu frutos importantes nas reduções futuras, pelo foco no monitoramento e controle, mas que não alcançou resultados satisfatórios nos componentes de ordenamento fundiário, territorial e de fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Vale destacar que mesmo insuficientes, há avanços na produção com uso da tecnologia e da pesquisa para redução dos impactos ambientais, garantindo segurança alimentar para uma população global em amplo crescimento, com respeito às normas ambientais. São esses exemplos que merecem ser multiplicados com a união entre poder público e a sociedade.



Resex Rio Cautário

O aprendizado do passado nos leva a perceber que a preservação da Amazônia está diretamente associada ao fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis da região, que ocorre com o esforço de toda sociedade: poder público, empreendedores e consumidores. Como exposto pelos secretários de meio ambiente, o poder público estadual está comprometido com a agenda ambiental da Amazônia e esse movimento merece ser ampliado com envolvimento qualitativo da sociedade.

O Brasil é reconhecidamente o país com a legislação ambiental mais completa e rigorosa do mundo, sendo que as normas aplicáveis à Amazônia Legal são as mais rigorosas do país, logo, a legislação ambiental do bioma é a mais restritiva do mundo. O reconhecimento da importância ecológica da Amazônia traz consigo o desafio de criar soluções estratégicas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

As soluções de caráter econômico devem ter como ponto de chegada a seguinte equação: possibilidade de manutenção da propriedade com respeito ao Código Florestal (80% de reserva legal na Floresta, 35% no cerrado + área de preservação permanente). Para que seja possível manter a floresta em pé, como defendido mundialmente, os serviços ambientais prestados por ela precisam ser traduzidos em recursos financeiros para aqueles que a preservam. Estamos cientes de que nessa transição os instrumentos, o desenvolvimento e a consolidação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais são essenciais, sendo fundamental o carbono florestal como foco de integração dessas soluções.

É preciso sair da teoria das ações para manutenção da floresta e ir para a prática. Reconhecer a importância da Amazônia não é realizar boicote aos produtos produzidos nessa região; é investir na região para garantir o uso racional dos recursos naturais; fortalecer cadeias produtivas regulares como manejo florestal sustentável, produção agropecuária de baixas emissões, manejos não madeireiros etc. dando transparência a essa licitude; é consumir os produtos da Amazônia com a consciência que eles podem ter maior valor por ser agregado ao preço o custo da conservação ambiental; é consolidar o mercado de carbono investindo valores compatíveis com a extensão territorial preservada (84% da Amazônia).

A agenda da sustentabilidade da Amazônia, que também é denominada como “de desenvolvimento de baixas emissões”, com todos seus componentes e instrumentos de transição, deve ser amplamente defendida por TODOS indistintamente. Somente assim conseguiremos conservar a Amazônia.





Preservação e presença humana em suas unidades de conservação

O Estado do Tocantins possui uma área de 277.621 km², dos quais cerca de 15% são de unidades de conservação, criadas por leis específicas para proteger esses espaços territoriais e os recursos ambientais neles existentes. Administradas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), essas unidades garantem a preservação de milhares de espécies vegetais e animais, presentes nos vários biomas, especialmente no Cerrado.

Projetos desenvolvidos pelo Naturatins em parceria com comunitários das áreas protegidas têm obtido resultados

positivos, uma vez que possibilita a realização de atividades econômicas de baixo impacto ambiental, conciliando a natureza com a presença humana. A Rede Jalapão é um desses projetos.

Criado em 2006, a Rede Jalapão se tornou um marco na vida das famílias agroextrativistas que vivem nas zonas rurais da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jalapão. Se antes a subsistência dos moradores das comunidades locais era condicionada a uma forma de extrativismo nocivo ao meio ambiente e com baixo retorno

financeiro, desde a implantação da Rede Jalapão esses mesmos comunitários passaram a comercializar sua produção artesanal de forma sustentável e ordenada, com melhor qualidade.

Na prática, isso significa que o atual modelo de extrativismo causa impacto ambiental mínimo, fomenta a renda da população e agrega valor aos seus produtos, que são comercializados após passarem por processamento artesanal, como doces, óleos e farinhas, e não mais na forma in natura.



Buritis colhidos por comunitários serão transformados em doces e óleos



Minimim durante colheita de jatobá, uma das principais fontes de renda dos extrativistas da Rede Jalapão, que será transformado em farinha

A supervisora da APA do Jalapão, Rejane Ferreira Nunes, explica que além do processamento dos produtos extraídos da natureza pelos comunitários, eles também passam por treinamentos constantes, quando aprendem técnicas para garantir mais qualidade aos produtos, como apresentação das embalagens e cálculo para determinar o preço dos produtos, que são comercializados no Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e nas casas dos produtores. "Hoje, os comunitários têm geração de renda, segurança alimentar e gestão comunitária, tudo isso em consonância com práticas sustentáveis", diz a supervisora.

Rejane explica que a Rede Jalapão é composta por famílias agroextrativistas dos municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo. "A Rede Jalapão é formada por instituições parceiras, colaboradores e comunidades com interesses voltados para a conservação do Cerrado e que buscam alternativas de melhoria da qualidade de vida para os moradores rurais da região, que também fazem parte da Rede", resume.



Extrativistas da Rede Jalapão durante colheita do jatobá



Óleo de pequi é um dos produtos vendidos pelos extrativistas da Rede Jalapão

Consciência ecológica com renda garantida

A Rede Jalapão também mudou a maneira como os comunitários se relacionam com o meio ambiente. Hoje, existe consciência de que essas práticas devem ser feitas de maneira a preservar os recursos para usufruir deles de maneira perene.

O extrativista comunitário José Mininim tem orgulho de dizer que, hoje, vive do Cerrado e de tudo que ele oferece. Mas nem sempre foi assim. “Foi o Naturatins, por meio da equipe do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), que nos mostrou sobre as possibilidades de renda que o Cerrado oferece, sem que a gente precise derrubar uma árvore”, lembra.

O extrativista reconhece a importância do Naturatins por meio da Rede Jalapão. “O projeto nos deu apoio, nos ensinou como viver do Cerrado, que é de onde tiro meu salário e o sustento de minha família”, acrescenta. Ele diz ainda que além do jatobá, também colhe buriti (para fazer doces e óleos), castanha de baru e mangaba. “Estamos sempre aprendendo sobre o Cerrado, como defender suas riquezas contra o fogo e como proteger suas águas”, destacou Mininim.

“O projeto apresenta resultados que mudaram a vida de muitas famílias, mas ainda precisamos de parceiros, apoio financeiro e técnico para ampliarmos a Rede para todo o mosaico do Jalapão” ,

Rejane Nunes, supervisora da APA do Jalapão

Turismo de Base Comunitária

O Jalapão é a região com maior potencial turístico do Tocantins, com dunas, Cachoeiras, e serras. Já cenário de novela, documentários programas de TV nacionais e até internacionais. Por se tratar de uma área protegida, com enorme biodiversidade, o Naturatins mantém rigorosa fiscalização para garantir que as visitas, mais numerosas a cada ano, não causem danos irreparáveis ao lugar.

O Turismo de Base Comunitária, seja através de hospedagens comunitárias, serviços alimentícios, guia e vivências, é uma atividade crescente na região contribuindo com a visão empreendedora das famílias beneficiadas da Rede Jalapão, que ajudam a promover ainda mais a biodiversidade do Cerrado, a cultura e a manutenção dos saberes tradicionais.

A supervisora da APA do Jalapão explica que o Turismo de Base Comunitária é uma atividade onde as famílias são protagonistas, são donas do seu próprio negócio. É uma atividade que leva em consideração a sustentabilidade social e ambiental.

O presidente do Naturatins, Sebastião Albuquerque, afirma que o Governo do Tocantins preza pela boa relação com as comunidades tradicionais do Jalapão, bem como incentiva ações que desenvolvam a sustentabilidade e riqueza dos recursos naturais de toda região. “O Jalapão é conhecido nacionalmente pelos seus atrativos turísticos e pela cultura local, por isso promovemos iniciativas que estimulam a economia local, mas que ao mesmo tempo contribuam para proteção ambiental do território”, reforça Albuquerque.

Jalapão muito além do capim dourado

Em 2006, o Naturatins assinou um Termo de Cooperação com a Associação Onça D'água, que atuava com famílias tradicionais do Jalapão. O Termo previa a criação do projeto Rede Jalapão, para apoiar as ações do Parque do Jalapão, na busca de alternativas de desenvolvimento sustentável. “Antes, quando se falava em Jalapão se pensava imediatamente no capim dourado e a Rede Jalapão surgiu também para tirar um pouco a pressão sobre esse produto”, explica a Rejane Nunes, supervisora da APA do Jalapão.

Nesse período, moradores do PEJ que já trabalhavam com produção artesanal de farinha de jatobá, doces e óleos de frutos do Cerrado, foram selecionados para integrar um projeto piloto a Rede Jalapão. Hoje todas as famílias da região participam do projeto, que é uma experiência muito exitosa e que tem garantido a geração de renda através do uso sustentável de frutos do Cerrado.

Um exemplo de produto originário do Cerrado e que tem ganhado espaço no mercado estadual e até nacional é a farinha de jatobá. Produzida com as técnicas corretas, essa farinha substitui com vantagens o trigo para a produção de pães e bolos, tanto no preço final, quanto no valor de nutrientes, como o alto teor de fibras e cálcio.

Com a Rede Jalapão, as famílias receberam cursos com várias abordagens, desde técnicas de produção de doces, óleos e farinhas, obedecendo a padrões de higiene, embalagens e até o manejo correto da extração dos produtos da natureza. “O projeto apresenta resultados que mudaram a vida de muitas famílias, mas ainda precisamos de parceiros, apoio financeiro e técnico para ampliarmos a Rede para todo o mosaico do Jalapão”, finaliza Rejane.

Viveiro de mudas nativas ajuda a reflorestar área protegida

Outro projeto importante desenvolvido pelo Naturatins em uma área protegida é o viveiro de mudas nativas da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL). Criado no ano passado, o viveiro tem capacidade para produzir 10 mil mudas por ano, que são distribuídas gratuitamente nas comunidades abrangidas pela APASL e também usadas no reflorestamento de outras áreas protegidas.

O viveiro nasceu da necessidade de se produzir mudas suficientes para fazer com que árvores nativas voltassem a compor a paisagem local. A gestora da APASL, Camilla Oliveira Muniz, que é

engenheira florestal, conta que o viveiro foi criado em julho de 2019, quando foram contratadas equipes de brigadistas para trabalharem na prevenção e combate aos incêndios nas unidades de conservação.

A APASL recebeu doação de madeira e telas de uma empresa que estava construindo uma linha de transmissão de energia elétrica entre os municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado. Com o material doado, Camilla percebeu que era o momento de realizar o sonho de ter um viveiro de mudas para atender à comunidade da área da APASL.

Do Jalapão, veio à doação de tubetes,

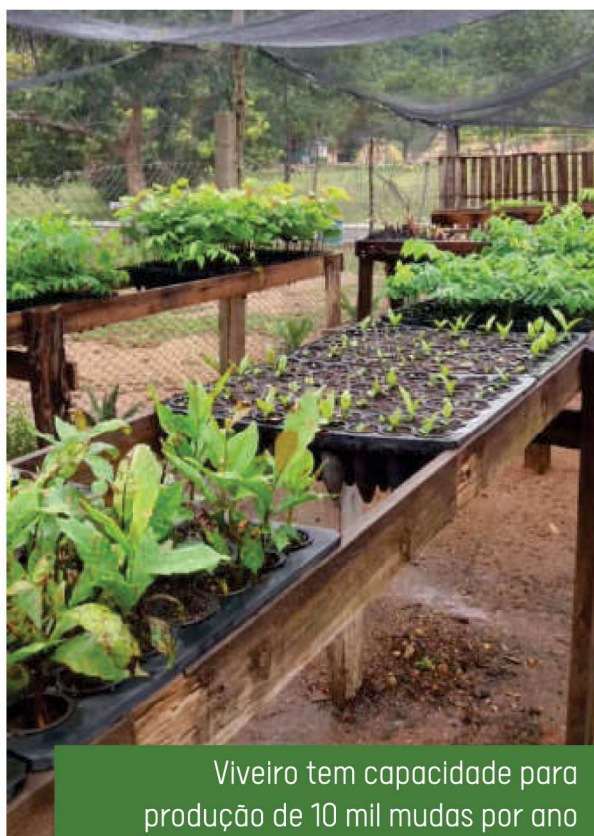
sombrites e mais madeiras. De posse do material, os brigadistas que atuavam no combate aos incêndios na região da APASL, aproveitavam as horas de folga para construir a estrutura do viveiro. Além disso, eles também coletam sementes e fazem semeadura nos tubetes. Posteriormente, realizam a distribuição aos produtores rurais.

“O viveiro próximo à Miracema doou mais tubetes, a comunidade materiais como saquinhos, pregos e telas de proteção. E assim nosso sonho tornou-se realidade”, conta Camilla, enfatizando que as mudas são utilizadas na recuperação de áreas degradadas, em especial nas nascentes e margens de córregos.

Construção do viveiro pelos brigadistas contratados para atuarem no Parque Estadual do Lajeado



Material usado no viveiro, como tela e tubetes, foram todos frutos de doações



Viveiro tem capacidade para produção de 10 mil mudas por ano



Mudas ajudam a reflorestar outras unidades de conservação

Com um ciclo que varia entre quatro e seis meses, a primeira leva de mudas, no total de 10 mil, começou a ser distribuída no final de 2019. As comunidades beneficiadas com as mudas da APA do Lajeado foram os indígenas de Tocantínia, Itacajá e Lagoa da Confusão. O Naturatins também promoveu campanhas internas no órgão e nas escolas inseridas na APASL.

O administrador da Fazenda Vale do Segredo, Anízio Gouveia, foi um dos beneficiados com as mudas. "Além de recebermos mudas de várias espécies, recebemos também orientação técnica para o plantio e ainda sobre cuidados e preservação da natureza", relatou.

As primeiras mudas produzidas foram de espécies nativas do Cerrado, entre elas as

frutíferas e floreiras, como o caju, baru, cajuí, jatobá, ipês, jacarandá, mangaba e pau de óleo. Para solicitar as mudas, deve-se enviar email para apaserradolajeado@naturatins.to.gov.br

A distribuição dessas mudas ocorreu até agosto passado, quando foram plantadas novas mudas de baru e caju, que serão distribuídas em janeiro; também estão sendo semeadas sementes de ipês amarelo, rosa, roxo, branco e jacarandá, que estarão prontas para plantio a partir de fevereiro de 2021.

Periodicamente, o Naturatins, a quem compete à gestão das unidades de conservação do Tocantins, realiza encontros para troca de experiências e compartilhamento de informações.

O gerente de Unidades de Conservação, Parques Estaduais e Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, Gilberto Iris, explica que capacitações e as novas ferramentas apresentadas aos gestores das unidades, são estratégias de gestão, para garantir o nivelamento da equipe técnica para uma melhor operacionalização dos sistemas disponíveis.

No Tocantins são nove Unidades de Conservação como as Áreas de Proteção ambiental das Nascentes de Araguaína, Jalapão, Lago de Palmas, Ilha do Bananal/Cantão, Serra do Lajeado, Monumento das Árvores Fossilizadas (Monaf), além do Parque Estadual do Cantão, Jalapão e Lajeado.